

O manejo dos papéis parentais de casais que adotaram e se separaram

The management of parental roles of couples who adopted and separated

El manejo de los roles parentales de las parejas que adoptaron y separaron

Júlia Heitor Bevilacqua¹ , Conceição Aparecida Serralha² 

Resumo: As relações familiares, em constante transformação, ainda apresentam escassez de estudos sobre a dissolução conjugal em famílias que adotam um filho, destacando a necessidade de ampliar as investigações acerca da reorganização dos papéis parentais pós-separação e de aprofundar os estudos sobre família, adoção e parentalidade. O presente estudo qualitativo, buscou investigar o manejo dos papéis parentais de cinco ex-casais (dez participantes) heterossexuais e homossexuais que se separaram até cinco anos após a adoção. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e os dados foram analisados a partir da análise temática. Os resultados indicaram mudanças na dinâmica familiar antes e após o divórcio, relacionadas principalmente às dificuldades do ex-casal em manejar diferenças vinculadas às relações conjugais e parentais. Problemas de comunicação comprometeram o exercício de uma parentalidade saudável, gerando sobrecarga das funções maternas e ausência das funções paternas, evidenciando a importância do preparo dos pretendentes à adoção e de programas de orientação aos pais pós-divórcio.

Palavras-chave: parentalidade; adoção; manejo psicológico; divórcio.

Abstract: Family relationships, which are constantly evolving, still reveal a lack of studies on marital dissolution in families that have adopted a child, highlighting the need to expand research on the reorganization of parental roles following separation and to further deepen investigations into family, adoption, and parenthood. The present qualitative study sought to investigate how five separated couples (ten participants), heterosexual and homosexual, who separated within five years following the adoption, managed their parental roles following the dissolution of their relationship. Data were collected through semi-structured interviews, and the data were analyzed using thematic analysis. The results showed changes in the family dynamics before and after divorce, primarily related to the former couple's difficulties in managing differences associated with their conjugal and parental relationships. Communication impasses made it difficult to manage healthy parenting, resulting in an overload of maternal functions and the absence of paternal functions, highlighting the importance of preparation of applicants for adoption and programs to guide parents after divorce.

Keywords: parenting; adoption; psychological handling; divorce

Resumen: Las relaciones familiares, en constante transformación, aún presentan una escasez de estudios sobre la disolución conyugal en familias que han adoptado un hijo, lo que evidencia la necesidad de ampliar las investigaciones acerca de la reorganización de los roles parentales tras la separación, así como de profundizar los estudios sobre la familia, la adopción y la parentalidad. El presente estudio cualitativo buscó investigar el manejo de los roles parentales de cinco exparejas (diez participantes), heterossexuales y homosexuales, que se separaron hasta cinco años después de la adopción. La recolección de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas y los datos fueron analizados a través del análisis temático. Los resultados indicaron cambios en la dinámica familiar antes y después del divorcio; relacionados principalmente con las dificultades de la expareja para gestionar las diferencias vinculadas a las relaciones conyugales y parentales. Los problemas de comunicación dificultaron el manejo de una parentalidad saludable, ocurriendo sobrecarga de las funciones maternas y ausencia de las funciones paternas, evidenciando la importancia de la preparación de los pretendientes a la adopción y de programas de orientación a los padres tras el divorcio.

Palabras clave: responsabilidad parental; adopción; manejo psicológico; divorcio.

¹Aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil. juliahbevilacqua@gmail.com. Avenida Odilon Fernandes, 235. Complemento: apartamento 1501. Centro/Uberaba – MG. CEP 38017-030

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (PPGP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil. serralha@hotmail.com.

Recebido em: 08/03/2026 | **Alterado em:** 08/06 e 18/07/2026 | **Aceito em:** 28/07/2026

No processo de se constituírem pais, as famílias por adoção se diferem em alguns aspectos das famílias biológicas, visto que a parentalidade pela via da adoção é estabelecida por um ato jurídico, que vincula pessoas que não possuem laços consanguíneos (Hueb et al., 2014; South et al., 2019). Os estudos em psicanálise, parentalidade e adoção (Cicco et al., 2005; Gomes, 2008; Santos et al., 2019; Beltrame et al., 2020) assinalam que na parentalidade por adoção existem diferentes processos que precisam ser trabalhados e pensados junto a uma equipe psicossocial e jurídica, como, por exemplo, as possíveis motivações implicadas no desejo de adotar e os motivos latentes presentes nesse desejo, como também as diferenças de um filho(a) idealizado em relação ao filho(a) real.

As relações parentais que vão se estabelecer na família por adoção se fundamentam em uma construção afetiva. O principal objetivo da adoção é o de possibilitar às crianças ou adolescentes, que não puderam ser criados pelos pais que as conceberam, o direito de ter uma família em que os pais se responsabilizem legalmente, prezem o bem-estar e se comprometam com os cuidados integrais de seu(ua) filho(a) (Levinzon, 2020).

A partir da compreensão das relações entre pais e filhos, estudos que buscam compreender o relacionamento de pais por adoção e o manejo dos papéis parentais após separação conjugal são escassos e internacionais (Allen & Goldberg, 2020; Goldberg & Garcia, 2015; Riggs & Blythe, 2017; South et al., 2019). Em razão disso, um fator importante a ser mencionado é que o processo e a cultura da adoção no Brasil diferem de forma significativa dos países como os Estados Unidos e os países europeus, o que pode sugerir diferenças nos resultados e no modo de desenvolver a parentalidade. Há uma série de pesquisas que contemplam o manejo parental após a separação em famílias consanguíneas, mas há uma lacuna importante no que se refere às famílias por adoção. Os estudos, nesse caso, geralmente contemplam a vinculação e o processo de adaptação da criança à família e vice-versa (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016; South et al., 2019).

Este artigo, portanto, traz os resultados de uma pesquisa que buscou compreender o manejo dos papéis parentais de pais por adoção que se separaram. De forma mais específica, o estudo buscou compreender o exercício dos papéis parentais desde a adoção do filho até o momento da separação conjugal, averiguar como ocorreu a comunicação dessa separação ao(à) filho(a), como os papéis parentais se organizaram após a dissolução conjugal e quais foram as principais transições familiares no cotidiano relacionadas a essa separação, além de investigar a qualidade da rede de apoio que o casal recebeu nesse período.

Método

Esta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, de corte transversal e de múltiplos casos. Entende-se que a pesquisa exploratória é utilizada quando se busca investigar um tema ou um problema que foi insuficientemente explorado, ou, como no presente caso, sobre o qual existe pouco conhecimento sobre o fenômeno estudado (Creswell, 2007). Ademais, o estudo teve corte transversal, visto que a coleta de dados ocorreu em uma única ocasião e foi caracterizado como um estudo de casos múltiplos, uma vez que buscou conhecimentos a partir de múltiplos olhares sobre a realidade investigada (Yin, 2010).

Participaram do estudo cinco ex-casais (dez participantes), heterossexuais e homossexuais, pais por adoção, que tiveram a separação conjugal no período de até cinco anos após a adoção do(s) filho(a)(s). Não houve diferenciação ou seleção em termos sociais, econômicos ou de nível de instrução. Para preservar o anonimato dos entrevistados, como pede o rigor científico, foram utilizados códigos formados por letras e números: P1C1 e P2C1 (F1), P1C2 e P2C2 (F2), P1C3 e P2C3 (F3), P1C4 e P2C4 (F4), P1C5 e P2C5 (F5).

Na Tabela 1 encontra-se a caracterização dos participantes quanto ao nome (código), idade, sexo, idade que o(a) filho(a) tinha quando foi adotado(a) e tempo em que ocorreu a separação após a chegada do filho.

Tabela 1. Identificação dos participantes conforme sexo, idade, dados sobre a adoção e separação conjugal

Nome	Idade	Sexo	Idade que o filho(a) tinha quando foi adotado	Tempo em que ocorreu a separação após a chegada do filho
P1C1 (F1)	42 anos	Feminino	08 meses	4 anos
P2C1 (F1)	46 anos	Masculino	08 meses	4 anos
P1C2 (F2)	38 anos	Feminino	08 meses	2 anos
P2C2 (F2)	44 anos	Masculino	08 meses	2 anos
P1C3 (F3)	32 anos	Masculino	10 anos	3 anos
P2C3 (F3)	29 anos	Masculino	10 anos	3 anos
P1C4 (F4)	38 anos	Feminino	07 anos	2 anos
P2C4 (F4)	46 anos	Masculino	07 anos	2 anos
P1C5 (F5)	40 anos	Masculino	Desde o nascimento do bebê	4 anos
P2C5 (F5)	52 anos	Feminino	Desde o nascimento do bebê	4 anos

Nota: P: participante, C: casal, F: filho (a)

P1C1: Participante 1; P2: Participante 2;

C1: casal 1; C2: casal 2; C3: casal 3; C4: casal 4; C5: casal 5.

Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas individuais semiestruturadas em formato *on-line*. De acordo com Braun et al. (2019) e Hanna e Mwale (2019), essa modalidade em formato *on-line* permite realizar entrevistas mantendo o rigor técnico e científico, além de propiciar soluções possíveis a questões complexas, como facilidade e flexibilidade de agendamento, de custos financeiros, além das questões advindas da pandemia do novo coronavírus – COVID-19, que recomendou restrições em relação a encontros presenciais.

Os participantes foram convidados de modo *on-line* em redes sociais, com vistas a um número maior de participantes. Houve também a colaboração do Grupo de Apoio à Adoção em Uberaba (GRAAU) que participou como facilitador na busca de famílias. Além disso, foi solicitado ao participante incluído na pesquisa que indicasse outros voluntários, como caracteriza o método denominado Bola de Neve (Costa, 2018).

As entrevistas foram realizadas através da plataforma *on-line Google Meet*, com horário previamente agendado. A entrevista com cada participante durou cerca de duas horas e foi audiogravada mediante o consentimento dos participantes e transcrita na íntegra para análise. Para a realização da pesquisa, inicialmente foi obtida a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Os dados coletados receberam tratamento qualitativo mediante a análise temática de Braun e Clarke (2006, 2019): após a descrição das entrevistas, foi elaborado um banco de dados composto pelas ideias iniciais e foram codificados os aspectos interessantes de cada conversa. Posteriormente, foram agrupados em temas, o que gerou um mapa temático da análise. Em outro momento, buscou-se refinar os detalhes de cada tema com o objetivo de chegar às categorias que serão apresentadas nesse artigo e responder à pergunta de pesquisa. Os resultados foram interpretados e discutidos a partir do referencial teórico psicanalítico de D. W. Winnicott e de autores da literatura revisada.

Resultados e discussão

A partir da análise dos dados, foi possível chegar a três categorias temáticas: 1) O manejo dos papéis parentais antes e após a dissolução conjugal, com uma subcategoria: A sobrecarga das funções maternas e a ausência da função paterna. Na sequência, foram categorizadas: 2) Comunicação do desenlace aos(as) filhos(as) e as repercussões emocionais, e 3) Rede de apoio após o divórcio: sustentação do ambiente.

O manejo dos papéis parentais antes e após a dissolução conjugal

Foi observado que para a maioria dos participantes, com exceção de P1C1 e P2C1, antes da separação havia uma rotina familiar e divisão de responsabilidades, como levar e buscar as crianças na escola e nas atividades complementares, além de momentos de lazer em conjunto. Sobre as diferenças na convivência familiar, o participante P1C3 comentou: “Antes a gente fazia muita coisa juntos, todas as refeições eram juntos, né? Após a separação a rotina mudou muito”.

Após a separação, foi possível constatar de maneira unânime que quem exercia a função paterna ficou responsável pela provisão da pensão alimentícia e quem exercia a função materna ficou responsável pelos cuidados de higiene, alimentação e acompanhamento escolar.

Sobre as diferenças na convivência familiar, P2C4 relatou: “Antes era ali, né, todo mundo junto, tinha nossa rotina, mas era todo mundo junto. [Após a separação] teve que... essa questão de malinha, né, de fazer a malinha todos os dias que vai para casa... e ter 2 casas [...]” (P2C4).

Notou-se também a diferença na compreensão de quem exercia a função materna e de quem exercia a paterna sobre os desdobramentos e impactos da separação na vida do(a) filho(a). Quem desempenhava a função materna (P1C1, P1C2, P1C3, P1C4 e P2C5) relatou preocupações sobre as consequências emocionais da separação conjugal e familiar na vida dos(as) filhos(as), bem como angústias de apresentar um novo(a) parceiro(a) ao(a) filho(a). Já os participantes que exerciam a função paterna relataram, em sua maioria (P1C1, P2C3, P2C4 e P1C5), que as mudanças e transições após a separação estiveram mais relacionadas à mudança concreta de domicílio.

Além disso, pôde-se observar que a relação estabelecida entre quem exerce a função paterna e os filhos(as), modificada após a separação conjugal, ficou mais relacionada ao lazer, à maior liberdade e às brincadeiras, enquanto o papel materno ficou relacionado ao estabelecimento de uma rotina e obrigações. Isso pode ter sido influenciado pela frequência de encontros entre os pais e filhos(as), uma vez que a maioria (P2C1, P2C3 e P1C5) encontra os(as) filhos(as) uma vez durante a semana e aos finais de semana de quinze em quinze dias. O relato de P2C1 demonstrou essa realidade: “[...] lá em casa tem piscina, quer nadar, quer brincar, quer... mexer com os passarinhos... então... na verdade, lá em casa acabou ficando o que, o lugar do F1 brincar [...]”.

Outros dados confirmados nesta pesquisa, encontrados na literatura revisada e discutidos amplamente, são a ausência paterna após a separação conjugal, e como ela afeta a comunicação entre o casal parental e o filho(a) (Grzybowski & Wagner, 2010; Weber, 2021). Verificou-se que dos dez participantes da pesquisa, apenas P1C2 e P2C2 mantinham um diálogo constante e direto sobre as questões relacionadas ao filho.

O papel paterno sempre foi muito discutido pela psicanálise, que considera a função paterna como a entrada de um terceiro na relação da dupla mãe-bebê (Serralha, 2016). De fato, o pai tem esse papel essencial para que o filho possa existir enquanto um sujeito separado de sua mãe, porém, Winnicott (1964/1982) apresenta contribuições complementares a respeito da função paterna desde a concepção do bebê. Para Winnicott (1964/1982), anteriormente ao complexo de Édipo teorizado pela psicanálise tradicional, a mãe também precisa de sustentação ambiental para que ela possa se dedicar aos cuidados do bebê e é do pai a responsabilidade de exercer essa função inicial.

Em seu artigo sobre o papel do pai no amadurecimento humano sob a ótica winnicottiana, Rosa (2009) apresenta a necessidade e importância do pai em diferentes fases do desenvolvimento de um indivíduo. A autora reforça a necessidade de pesquisas que possam contribuir para a compreensão do papel paterno e “os diversos tipos de falhas paternas e suas consequências na vida do indivíduo desde o início, bem como examinar o papel do pai nos agrupamentos e situações familiares de nossos tempos: pais separados com novos lares [...]” (p. 92). Na presente pesquisa, foi possível verificar que o contato dos filhos F1, F3, F4 e F5 com seus pais foi consideravelmente diminuído após a separação conjugal e as consequências disso poderão ser conhecidas em futuras pesquisas com filhos por adoção de pais separados.

No tocante às condições de manejo dos papéis parentais após a separação e independentemente do tipo de configuração familiar, ao estudar a teoria do amadurecimento humano de Donald Winnicott, o ambiente será considerado facilitador a partir de certas condições (Serralha, 2017). Existem duas características essenciais ao ambiente facilitador: a adaptabilidade, que consiste na capacidade mutável do ambiente para atender às necessidades de um indivíduo em seu processo de amadurecimento (Dias, 2003; Serralha, 2016, 2017), e a qualidade humana, que possibilita que as tendências herdadas para o desenvolvimento do indivíduo possam encontrar um ambiente capaz de lhes fornecer continuidade rumo à integração. Deve haver uma presença humana que se dedique não só aos cuidados de manuseio, mas que forneça uma condição constante e verdadeira de sustentação emocional, embora também falhe e gere frustrações em momentos providenciais (Dias, 2003; Serralha, 2016, 2017). Esse ambiente não consiste somente na figura da mãe ou do substituto para o bebê, mas se estende a outras figuras e a círculos de convivência mais amplos, como o ambiente familiar e social (Serralha 2016).

Outro fator importante a ser mencionado foi que nove participantes relataram que houve mudanças significativas no modo como a família se organizou na rotina familiar antes e após a separação conjugal. Apenas P1C1 afirmou não ter ocorrido nenhuma mudança, pois ela sempre foi responsável por todos os cuidados com F1 e isso não se modificou. No entanto, no decorrer da entrevista, foi possível verificar que P1C1 relatou obter a ajuda de sua mãe, que foi morar com ela para auxiliar nos cuidados com F1, além de ter se casado novamente. O padrasto passou a ocupar a função paterna na vida de F1. O participante 1 do casal 1, P1C1, relatou: “eu corriji até os dois anos de relacionamento que eu tinha, né, os primeiros dois anos eu não deixava o F1 chamar ele de pai, era só tio”. Pode-se notar um fator muito presente em recasamentos que é a negação da história pregressa vivida na relação anterior e o apagamento da antiga figura materna ou paterna na vida do filho.

Em relação às mudanças observadas pelos demais participantes, a diferença na presença do papel paterno, física e emocionalmente, antes e após a separação conjugal foi quase unânime nos relatos de quem exercia a função materna. Para P1C3, P1C4, P2C5 houve maior participação da função paterna quando existia o casamento, com exceção de P1C2 e P2C2 que desde o início do divórcio dividiram as funções de forma igualitária, vivenciando o real sentido de uma guarda compartilhada. Mesmo assim, ambos relataram dificuldades iniciais para o estabelecimento de uma rotina funcional para eles e menos confusa para F2: “a gente não soube, pelo menos no começo, não soube muito delimitar isso sabe?” (P2C2). Tanto P1C2 quanto P2C2 afirmaram a necessidade de um acordo e uma rotina estabelecidos: “a rotina, ela foi ganhando o lugar, né, a gente colocou isso num acordo” (P1C2); “delimitamos essa rotina que é uma rotina que praticamente segue até hoje, dele está um dia sim um dia não comigo e com ela alternadamente. Isso tem funcionado pelo menos uns três anos” (P2C2).

Além das modificações no entorno familiar já citadas anteriormente, os novos relacionamentos e recasamentos dos ex-parceiros(as) foram mencionados pelos participantes P1C1, P2C1, P1C2, P1C4, P2C4, P1C5 e P2C5 como um fator que gerou mudanças no ambiente familiar e preocupações com a reação dos filhos frente a essa nova realidade. Os participantes deste estudo corroboram o que a literatura apresenta sobre o recasamento em homens ser maior do que em mulheres, uma vez que dos dez participantes, ou melhor, dos cinco que são responsáveis pelo papel materno (P1C1, P1C2, P1C3, P1C4, P2C5), apenas C1P1 esteve em um

novo relacionamento. Já os homens, dos cinco participantes (P1C2, P2C2, P2C3, P2C4, P1C5), todos estavam em um novo relacionamento.

Para Féres-Carneiro (1998, 2003), os homens recasam mais rapidamente que as mulheres, pois geralmente as mulheres que decidem pelo divórcio e eles apresentam maior dificuldade de ficarem sozinhos. Pode-se observar nos dados encontrados que as mulheres, após a separação conjugal, buscaram cuidar da relação com os filhos, buscaram autoconhecimento e cuidaram de atividades domésticas.

A sobrecarga das funções maternas e a ausência da função paterna

A maior presença do papel materno nos cuidados com os(as) filhos(as) foi uma evidência encontrada no estudo, visto que dos cinco participantes que exerciam a função materna, quatro (P1C1, P1C3, P1C4 e P2C5) expressaram sentimentos de sobrecarga de tarefas e foi possível notar a ausência paterna. Em relação a casais heterossexuais, a literatura destaca de forma contundente que independentemente do quanto uma relação teve uma divisão de atividades domésticas antes da chegada de um filho, depois do nascimento deste, os casais recorreram a papéis de gênero tradicionais, mesmo que ambos trabalhassem fora de casa, corroborando a sobrecarga da mulher em atividades domésticas e de cuidado aos filhos (Ceballo et al., 2004; Grzybowski & Wagner, 2010).

Existem alguns fatores a serem considerados em relação à sobrecarga de quem exerce o papel materno: o primeiro se refere à necessidade de se separar os aspectos da relação matrimonial da função parental, pois foi possível notar, no relato de alguns participantes (P1C1, P2C1, P1C3, P2C3, P1C5 e P2C5), que problemas conjugais repercutiram na parentalidade. Assim, esses participantes passaram a exercer a maioria das funções parentais, fato que, além de sobrecarregá-los, prejudicou a manutenção de uma relação saudável dos vínculos do outro membro parental com os filhos. Isso pode estar relacionado à imaturidade de ambos os membros dos ex-casais, visto que não conseguiram separar o que se referia à relação parental da relação conjugal. Nesse contexto, os filhos podem viver um novo sentimento de rejeição e abandono. Nos relatos dos participantes P1C1 e P2C1, constatou-se que essa divisão desigual existia antes da separação:

[...] desde quando o F1 veio ... ela tomava a frente, eu não ia não, muito pouco [referindo-se aos médicos e escola], ela que ia nas reuniões, ela que fazia tudo lá. Então, eu participei muito pouco, ... agora tá pior ainda participar, com essa pandemia aí, é só um, eu falo que vou, ela fala que não, que ela que é a mãe, ela que é a tutora, que ela sempre fala, então, eu não participo não (P2C1).

Com exceção de P1C2 e P2C2, quem exercia o papel materno ficou responsável pela maior parte dos cuidados com o(a) filho(a) após a ruptura familiar. P1C3 relatou: “eu fiquei muito sobrecarregado com os horários do F3, com os cuidados do nosso filho”. P1C4 também reforça a sobrecarga nos cuidados com F4: “a nossa rotina, a minha rotina é pesada, eu sou chefe da casa, eu não tenho quem me ajuda com limpeza, com roupa... eu que levo e busco”.

Algumas famílias participantes deste estudo apresentaram em seus relatos a existência de papéis parentais tradicionais, estereotipados e definidos socialmente, em que a função materna se torna responsável pela maioria ou por todos os cuidados e a função paterna se torna distante emocionalmente e ausente na vida dos filhos. Esse fato confirma outros estudos presentes na literatura revisada (Allen & Goldberg, 2020; Ceballo et al., 2004; Goldberg & Garcia, 2015; Riggs e Blythe, 2017; South et al., 2019). A perpetuação dessa forma de organização familiar pode acarretar prejuízos emocionais à criança ou ao adolescente e, no caso de pessoas que passaram por uma adoção, existe um fator a mais, visto que já existe um rompimento com a família de origem e, agora, outro com a família por adoção.

Comunicação do desenlace aos filhos(as) e as repercussões emocionais

Houve diferentes abordagens de comunicação da separação dos pais aos filhos. Os ex-casais C1, C3, C4 e C5 relataram que os(as) filhos(as) foram inicialmente observando a mudança no ambiente familiar: nos quatro casos, o membro que exercia o papel paterno saiu de casa ou passou a dormir na sala. P1C1 e P2C1 afirmaram que não falaram sobre a separação de forma clara para F1, que tinha quatro anos na época. Disseram a F1 que o pai havia se mudado devido à necessidade de cuidados com o avô paterno. Contudo, ambos disseram que durante muito tempo foi confuso para F1, que dizia a P2C1: “papai vamo lá para casa, vamos morar lá no Guanabara”, confirmando a dificuldade e imaturidade dos pais em lidar com o processo de separação e com as consequências de uma comunicação não adequada desse processo aos filhos.

Para P1C3 e P2C3, como F3 já era adolescente, este já vinha percebendo movimentos e brigas entre os pais, que disseram ter tentado evitar, mas que em certos momentos ocorriam. P1C3 afirmou que quando descobriu a traição responsável pela separação conjugal, o filho percebeu que algo não estava bem pela sua reação: “cheguei em casa muito nervoso, chorando muito e acabou que o F3 viu muito da minha dor”. O participante afirmou que a dissolução foi comunicada a F3 pelo ex-casal (P1C3 e P2C3): “[...] a gente perguntou com quem ele gostaria de ficar, ele optou por mim (P1C3), mas que queria conviver com o pai dele. E foi tudo conversado, muito transparente”.

Os participantes P1C4 e P2C4 apresentaram relatos distintos sobre a comunicação da separação a F4, mas que parecem se complementar. P1C4 relatou que pediu auxílio à psicóloga de F4. P2C4 informou que ambos os pais informaram a F4 da separação, mas que continuaram morando por um tempo na mesma casa, fato que acreditam que pode ter sido confuso para a filha. Entende-se que a procura de ajuda profissional qualificada pode auxiliar a criança ou adolescente e a família a digerir o impacto emocional da notícia. Nesse sentido, C4 demonstrou preocupação no cuidado com F4.

De acordo com P2C5, a separação foi conversada com o filho, mas não se lembrava de como se deu essa conversa. Já P1C5 informou que ele e P2C5 conversaram com F5 sobre a separação, em momentos diferentes. Disseram-lhe que ele teria uma segunda casa. Eles informaram que F5, após a separação dos pais, apresentou dificuldades emocionais em casa e na escola, manifestando comportamento agressivo. Os pais buscaram auxílio profissional de um psicólogo, relatando que acreditavam que F5 se sentiu rejeitado, como se estivesse vivenciando outro abandono. Pode-se pensar também na possibilidade de a criança se culpar pela separação dos pais, ainda mais se isso pôde ser sentido também em relação aos pais biológicos.

Os participantes P1C2 e P2C2 apresentaram maior diferença em relação aos outros participantes, tanto na forma de comunicar à F2 sobre a separação, que foi feita por ambos antes da saída de P2C2 de casa, quanto à descrição da dor do momento vivido, em que ambos os pais relataram que “foi a coisa mais difícil assim, o episódio mais sofrido”. De acordo com P1C2, “explicamos da forma que dava para explicar para uma criança de quatro anos, é, foi muito difícil ter essa conversa com ele, na hora que a conversa terminou, ele chorou muito” [ênfatisa, repetindo uma série de muitos].

Um fator em comum no relato dos dez participantes foi a culpa gerada pela dissolução do relacionamento e as consequências emocionais na vida do(a) filho(a), uma vez que essa separação poderia representar um novo abandono na vida da criança/adolescente que passou por um processo de adoção, revivendo feridas antigas e inconscientes, muitas vezes ainda não cicatrizadas. Alguns participantes (P1C1, P1C2, P2C2, P1C4) conseguiram verbalizar sobre esses sentimentos de culpa: “o que eu levava para a terapia, é que eu não concebia a ideia de Deus ter dado uma família para a F4 e que eu tava quebrando de novo, né” (P1C4). Além dos fatores mencionados anteriormente, o sentimento de culpa também esteve associado a estigmas, como a incapacidade de preservação do casamento, que é destacada na literatura sobre divórcio (Goldberg & Garcia, 2015).

Foi possível verificar que a imaturidade e inexperiência de alguns ex-casais (C1, C3 e C5) frente a esse momento doloroso podem ter gerado situações de intenso sofrimento aos(as) filhos(as). Conforme P2C5:

[...] Um dia ele queria levar o F5 na loucura que ele estava, ele quis pegar o menino pelo braço, eu não dei, eu empurrei e ele foi para pegar e o meu filho mais velho veio lá de dentro, empurrou ele, que tava armado, e F5 falava “mãe ele tá armado, mãe ele tá armado, mãe tá armado” e F5 escutava um barulho lá de fora e ele ficava louco (P2C5).

Na ausência da família consanguínea, os pais por adoção podem oferecer um ambiente facilitador, porém, verificou-se que, apenas P1C2 e P2C2, após a separação conjugal, mantiveram esse ambiente e realizaram o manejo adequado dos papéis parentais. Nas outras famílias entrevistadas, notou-se a imaturidade emocional dos membros do ex-casal e consequentemente a ausência da figura paterna. Mesmo que outros membros da família e da sociedade cumpram esse papel paterno, existe uma ruptura que pode gerar consequências na vida do(a) filho(a), tanto consanguíneo quanto por adoção.

Sobre as repercussões emocionais nos filhos após a comunicação da separação, um fator identificado por P1C2 foi que F2 tentou juntar o casal parental, fazendo diversos movimentos para que os pais ficassem no mesmo ambiente. Para Levinzon (2020), certas reações de crianças e adolescentes que passaram por processos de perda e luto, como é o caso das crianças por adoção, podem expressar o medo de ficar sem as figuras parentais e inseguranças relacionadas a perdas afetivas anteriores.

A separação dos pais pode causar nos filhos sentimentos semelhantes aos mencionados antes e, por isso, o contato com ambos os pais precisa ser preservado, oferecendo aos filhos uma rotina com previsibilidade e constância, fato que pode atenuar angústias e prejuízos emocionais, uma vez que o filho vai adquirindo confiança na não perda do seu lugar (Levinzon, 2020). Existe uma contribuição preciosa de Winnicott (1955/1997) em relação à fragmentação de uma família por adoção:

Poderíamos pensar que a fragmentação de uma família adotiva necessariamente seria desastrosa; mas, na minha experiência, eu não encontrei nas crianças adotadas assim afetadas maior perturbação do que em outras crianças. Como um exemplo, eu mencionaria o caso de um garoto cujos pais adotivos são divorciados. Um deles casou novamente, e várias outras pessoas nas quais ele confia também se divorciaram. Ele lidou muito bem com a situação e continua se relacionando pessoalmente com todos aqueles adultos que se mostraram confiáveis. Este menino foi adotado nos primeiros dias de vida e teve um período inicial e uma infância muito bons. Ele foi informado muito cedo de sua adoção (p. 136).

Entende-se que o autor dá enfoque a questões que envolvem não só a separação do casal, mas o momento em que a criança foi adotada e a informação sobre sua adoção, ou seja, existe uma série de variáveis que irão contribuir para que a separação possa causar danos maiores ou menores naquela família. Winnicott (1955/1997), ao falar das famílias por adoção, complementa a ideia anterior afirmando: “[...] uma terceira coisa é o valor da estabilidade e continuidade no lar. Esta é uma questão que afeta todas as crianças” (p. 131). O autor, assim, destaca que os pais devem promover e organizar um espaço de continência para o pleno desenvolvimento dos filhos e a família tem a função de conter, organizar e promover modelos identificatórios para que o indivíduo possa “vir a ser”, vir a existir psíquica e socialmente. A família, sendo o polo organizador e produtor de identificações em todos os seus membros, em situações traumáticas ou crises familiares envolvendo um dos membros, poderá ter afetado todo o grupo (Winnicott, 1987/2002).

Rede de apoio após o divórcio: sustentação do ambiente

Ao serem questionados sobre a principal rede de apoio após a separação, o suporte de um psicólogo foi unânime entre os participantes da pesquisa; todos mencionaram ser essencial esse recurso para orientação e compreensão de aspectos emocionais advindos do processo de separação para um melhor manejo com seus filhos.

Em um dos poucos estudos internacionais sobre a experiência de divórcio entre famílias que adotaram filhos(as), Riggs e Blythe (2017) destacaram que as famílias precisam ser acolhidas na sua singularidade, não apenas por profissionais da área, mas também por outras famílias que passaram pela mesma experiência. Esse estudo identificou o sentimento de culpa por parte dos participantes e a marginalização de suas redes de apoio, tornando necessárias diretrizes de acolhimento pós-divórcio a fim de diminuir as angústias e tais sentimentos.

Os grupos de apoio a adoção também foram mencionados por P1C1, P2C1, P1C2, P2C2, P1C3, P2C3, e P1C4 como essenciais para esse processo de transição e melhor manejo na relação entre pais e filhos. Esses grupos, além de oferecerem palestras e encontros reflexivos, fornecem os serviços de advogados, psicólogos e assistentes sociais para as famílias que não conseguem arcar financeiramente com esses custos. Os grupos de pós-adoção, como o GRAAU, também foram mencionados por alguns participantes (P1C1, P1C2, P1C3, P1C4) como um espaço de fortalecimento pessoal e na relação com os filhos. Além disso, o suporte da família foi relatado como uma importante rede de apoio por alguns participantes (P1C1, P1C2, P2C3, P1C4 e P2C5).

Os membros da família responsáveis pela rede de apoio descritos pelos participantes (P1C1, P1C2, P2C3, P1C4 e P2C5) foram em sua maioria os avós maternos ou membros da família de origem da mãe. No entanto, não foram todos os participantes que relataram ter tido suporte familiar, como foi o caso de P2C2 e P1C5. Pode-se verificar que muitas vezes, devido ao excesso de culpa, os pais acham que precisam dar conta sozinhos de toda a demanda, porém a sustentação pela família extensa e pelos membros da comunidade auxilia na sustentação familiar e na facilitação da vida como um todo.

Além dos membros da família, os membros da comunidade foram citados pelos participantes, no qual P1C1 relata: “eu tive, assim, muito apoio do GRAAU sabe, muito, muito mesmo, pessoas que pegaram na minha mão, caminharam comigo”, confirmando a importância de os membros da comunidade oferecerem cuidados às famílias, seja para auxílio da manutenção da rotina, na sustentação emocional e/ou financeira. Se o colo da figura materna pode vir a ficar inseguro sem a presença real da figura paterna ou de alguém que faça as vezes deste, a família poderá também se sentir desamparada caso não existam redes que venham a auxiliar as famílias nas suas necessidades (Dias, 2017).

Considerações finais

Pode-se concluir que o processo de dissolução conjugal gera nos membros do ex-casal uma série de sentimentos, como frustração de planos futuros, luto pela relação que foi interrompida, medo de ficar sozinho(a), entre outros. Além de terem que lidar com diversas questões emocionais e jurídicas que geralmente envolvem um processo de divórcio, os ex-cônjuges, quando possuem filhos, precisam mediar uma série de fatores que advêm da separação, como mudança de rotina, casa, padrão de vida e recursos financeiros, redivisão dos papéis parentais, mudança de cidade, entre outros. Assim, compreende-se que as falhas na constituição de um bom ambiente do casal podem refletir na parentalidade e na sustentação ambiental recebida pelos filhos(as).

Diante disso, a reflexão sobre o manejo dos papéis parentais após um divórcio é uma necessidade para a construção de relações familiares mais amadurecidas. Quando se pensa em pais que adotaram um filho e se separaram, tudo pode ser ainda mais complexo, pois se os pais se ausentam da vida do(a) filho(a), sentimentos de abandono podem representar uma reatualização de experiências prévias, operando um efeito cumulativo de perdas na vida psíquica da criança, que já possui histórico de vulnerabilidade.

Os resultados deste estudo apontam que houve mudanças significativas na família antes e após a dissolução conjugal, porém, tais mudanças não estiveram relacionadas apenas à adoção do filho, mas também a dificuldades pessoais de manejo da parentalidade. Os impasses de comunicação após o divórcio dificultaram uma parentalidade saudável, ocorrendo a sobrecarga das funções maternas e a ausência das funções paternas.

Sugere-se que novas pesquisas possam compreender os sentidos e impactos da separação dos filhos de famílias por adoção, na perspectiva destes. Além disso, ressalta-se o compromisso ético e social da Psicologia

com os atendimentos de casal e família a partir dos serviços-escola das universidades em conjunto com o Sistema Único de Saúde (SUS), auxiliando na intervenção e promoção do amadurecimento emocional de pais e filhos. Incentiva-se a realização de estudos qualitativos, longitudinais, buscando aprofundar a temática que ainda é recente em estudos nacionais.

Referências

- Allen, K. R., & Goldberg, A. E. (2020). Lesbian women disrupting gendered, heteronormative discourses of motherhood, marriage, and divorce. *Journal of Lesbian Studies*, 24(1), 12–24. <https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1615356>
- Beltrame, P. P., Rodrigues, A. C. F., Santos, J. F., & Gomes, I. C. (2020). Uma reflexão acerca das estratégias mobilizadoras nas “adoções necessárias”. *Cadernos De Comunicação*, 24(2), 1-18. <https://doi.org/10.5902/2316882X48534>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Braun, V., Clarke, V., & Gray, D. (2019). Coleta de Dados Qualitativos: *Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais*. Vozes.
- Ceballo, R., Lansford, J., Abbey, A., & Stewart, A. (2004). Gaining a Child: Comparing the Experiences of Biological Parents, Adoptive Parents, and Stepparents. *Family Relations*, 53(2), 38-48. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2004.00007>
- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades Adotiva e Biológica e Suas Repercussões nas Dinâmicas Conjugais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 171-182. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003832015>
- Cicco, M. F., Paiva, M. L. S. C., & Gomes, I. C. (2005). Família e conjugalidade: o sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. *Psicologia Clínica*, 17(2), 53-63. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200005>
- Costa, B. R. (2018). Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 7(1), 15-37. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24531>
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Artmed.
- Dias, E. (2003). *A Teoria do Amadurecimento de D. W. Winnicott*. Imago.
- Dias, E. O. (2017). Família e amadurecimento: do colo à democracia. *Natureza Humana*, 19(2), 144-162. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302017000200009
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300003>
- Goldberg, A. E., & Garcia, R. (2015). Predictors of relationship dissolution in lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents. *Journal of Family Psychology*, 29(3), 394-404. <https://doi.org/10.1037/fam0000095>
- Gomes, K. (2008). O manejo das crianças adotadas a partir da Teoria Winnicottiana. *Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, 2(11), 223-239. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3125>
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200011>
- Hanna, P., & Mwale, S. (2019). “Não estou com você, mas estou...” - Entrevistas face a face virtuais. In V. Braun, V. Clarke, & D. Gray. (Orgs.), *Coleta de Dados Qualitativos – Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais* (pp. 297-315). Vozes.

- Hueb, M. F. D., Farinelli, M. R., Azôr, A. M. G. C. C. V., Cordeiro, E. G., & Tuma, A. (2014). A experiência do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção na cidade de Uberaba (MG): Compartilhando saberes e práticas. In F. Scorsolini-Comin, L. V. Souza, & S. M. Barroso (Orgs.), *Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade* (pp. 275- 304). Editora da UFTM.
- Levinzon, G. K. (2020). Tornando-se pais. *A adoção em todos os seus passos* (2ª ed.). Blucher.
- Riggs, D. W., & Blythe, S. L. (2017). Experiences of separation and divorce among foster and adoptive families: the need for supportive responses. *Adoption And Fostering*, 41(1), 75-81. <https://doi.org/10.1177/0308575916681715>
- Rosa, C. D. (2009). O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. *Natureza Humana*, 11(2), 55-96. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200003
- Santos, C. V. M., Campana, N. T. C., & Gomes, I. C. (2019). Egalitarian Parental Care: literature review and conceptual construction. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(e35311), 1-12. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35311>
- Serralha, C. A. (2016). *O ambiente facilitador Winnicottiano*. Editora CRV.
- Serralha, C. A. (2017). A teoria do amadurecimento e as novas configurações familiares. *Natureza Humana*, 19(2), 163-177. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302017000200010
- South, S. C., Lim, E., Jarnecke, A. M., & Foli, K. J. (2019). Relationship quality from pre- to postplacement in adoptive couples. *Journal of family psychology*, 33(1), 64–76. <https://doi.org/10.1037/fam0000456>
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>
- Winnicott, D. W. (1997). A adolescência das crianças adotadas. In: R. Shepherd, J. Johns, & H. T. Robinson (Orgs.), *D. W. Winnicott: Pensando sobre crianças* (pp.131-140) (M. A. V. Veronese, trad.). Artmed (Trabalho original publicado em 1955).
- Winnicott, W. D. (1982). E o pai?. In *A criança e o seu mundo* (pp. 127-133). LTC. (Trabalho original publicado em 1964).
- Yin, R. K. (2010). Estudo de caso: planejamento e métodos. Bookman.